

**ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA/AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DEMAIS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90.011/2024**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de MEDICAMENTOS, para atender as necessidades da Farmácia Complementar, pelo período de 1 (um) ano.**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/03/2024 às 10h**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item**

**MODO DE DISPUTA: aberto**

**DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA,**

pessoa jurídica de direito privado, inscrita ao CNPJ do MF sob o nº 28.922.328/0001-84, com sede a Rua Dr. Mário Freire Martins, 189, Centro, Macuco/RJ, CEP 28.545-000, com fulcro no item 22.3.3 do Edital do ref. Pregão e assegurando o direito previsto no inciso I, do Art. 165 da Lei 14.133/21, vem, doravante identificada RECORRENTE, apresentar a suas Razões de:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra Decisão da própria INABILITAÇÃO/DESCCLASSIFICAÇÃO, na forma do arrazoadado abaixo, requerendo para tanto sua apreciação, admissão, efeito suspensivo e julgamento.

**DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

A empresa recorrente, na expectativa de participar do certame em referência, obteve acesso ao edital, cujo objeto é a “**escolha da proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO,**

**sob demanda, de MEDICAMENTOS, para atender as necessidades da Farmácia Complementar, pelo período de 1 (um) ano.”**

A recorrente participou da fase de lances, vencendo mais de 26 itens. Entretanto, durante o certame eletrônico, a recorrente recebeu da pregoeira a decisão de que a empresa foi INABILITADA/DESCCLASSIFICADA do Pregão atual, sendo alegada pela agente de contratação condição impeditiva lançada ao instrumento convocatório, mesmo a recorrente preenchendo integralmente os requisitos exigidos à convocação. Vejamos:

*“Em análise aos documentos de habilitação da empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA, verificamos que empresa possui descrição da atividade econômica de comerciante varejista – 4774701, ou seja, a empresa não possui em seu objeto social e inscrição de atividade econômica CNAE a atividade de distribuição ou venda para atacado.*

*A concessão da Autorização de Funcionamento (AFE) de farmácia/drogaria que a empresa apresentou é regulada pela Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 275/2019, que não compreende a atividade de distribuição. A concessão da AFE para atividade de distribuição é regulada por outra RDC, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA nº 16/2014.*

*De acordo com a RDC 16, o comércio varejista “compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico”, ao passo que o distribuidor ou comércio atacadista comercializa produtos para saúde (e outro) “entre pessoas jurídicas ou “a profissionais para o exercício de suas atividades”.*

*Motivo este, que já a desclassificou no Pregão Eletrônico nº 165/2023.*

*Considerando que a participação da empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA tem sido uma prática recorrente em pregões deste município, e que mesmo depois de ter sido desclassificada, em sede recursal no pregão nº 165/2023, pelo mesmo motivo de sua inabilitação neste pregão, a referida empresa continua sem as devidas autorizações.*

*Desta feita, recomendaremos que seja aplicada uma sanção administrativa por não atender ao que preconiza a lei de licitações, quanto sua aptidão para participação em certames, ocasionando atrasos em suas finalizações.”*

A condição impeditiva à qual a Pregoeira aponta, *data maxima venia*, não possui fundamento, e é guerreada neste RECURSO, por diversas razões, a saber:

- em momento algum do edital há o explícito impedimento ou vedação à participação de empresas que atendam às condições estabelecidas pela RDC 017/2012 (devidamente elucidada abaixo), o que é o caso da Recorrente;
- da mesma forma, em momento algum do edital há explícita obrigação ou condição de participação apenas para empresas detentoras da descrição de atividade exclusivamente ATACADISTA;
- ao se observar em específico as CONDIÇÕES e VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO ao presente certame, expostas do item 5 ao item 8 do edital, constata-se apenas as imposições burocráticas e corriqueiras que a maioria dos editais estabelece, não trazendo qualquer menção à exclusividade de participação de farmácias DISTRIBUIDORAS ou ATACADISTAS;
- Ou seja, no que tange à vedação de empresas que não se enquadrem nesses quesitos, tal imposição é omissa no Edital do Pregão 90011/2024, sendo certo que, se tais exigências ali existissem, seriam peremptoriamente ILEGAIS;
- *É certo que a recorrente buscou (via e-mail), tecer essas fundamentações para esta nobre pregoeira sobre a desclassificação equivocada e precoce, obtendo-se como resposta, a manutenção da desclassificação da empresa;*
- *A pregoeira aduz na sua decisão que a Recorrente em outra oportunidade (Pregão 165/2023) foi desclassificada pelo mesmo motivo apontado na decisão atual. No entanto, equivoca-se a Pregoeira pois a desclassificação da Recorrente no Pregão 165/2023 se deu pelo seguinte motivo: a empresa então concorrente ABBOTT, fabricante de produtos para*

medições glicêmicas, alegou que a recorrente não poderia cumprir a execução, eis que não possuía relações comerciais com a mesma (ABBOTT), e que, supostamente tal condição a privaria entregar os produtos a serem comercializados. Sendo certo que dessa desclassificação resultou-se em aquisição dos mesmos produtos por valores bem mais elevados do que os que a recorrente disponibilizava em sua proposta.

- Ademais, é de suma importância esclarecer que toda a execução de todos(as) os(as) contratos/atas oriundos dos Pregões anteriores, promovidos pelo Município de Nova Friburgo, pelos quais figurou como contratada ou detentora das atas a empresa DROGARIA SERRANA, foram integralmente cumpridos(as), sem qualquer irregularidade, mácula, atraso ou qualquer Notificação. Tratam-se de pregões da Prefeitura de Nova Friburgo que foram homologados (inclusive de mesmo objeto, aquisição de MEDICAMENTOS). Eis as identificações dos pregões:

- 231/2022 (Pregão) 11/01/2023 10:00
- 012/023 (Pregão) 14/02/2023 10:00
- 088/2023 (Pregão) 04/05/2023 10:00
- 165/2023 (Pregão) 14/09/2023 10:00

## DA DESCLASSIFICAÇÃO SEM BASE EDITALÍCIA

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando a seleção da **proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, garantindo assim, majestosamente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes**, evitando a reserva de mercado e, consecutivamente, restringindo a gama de participantes.

Dentro dessas normas e preceitos, exigem-se os requisitos mínimos quanto à sua capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação e para contratação do pretendido vínculo jurídico, como se procede no edital em tela que exige do rol de critérios, como condição de participação o seguinte:

## *“5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO*

*5.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:*

*5.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;”*

## *“2. OBJETO*

*2.1 - O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de MEDICAMENTOS, para atender as necessidades da Farmácia Complementar, pelo período de 1 (um) ano[...]”.*

Ora, a recorrente possui totais condições regulamentares para a participação e execução de ata, apenas por simples análise documental (CNAE e Contrato Social).

Conforme já apontado acima, não há nas descrições e condições de participação do edital qualquer restrição de participação ou qualquer exclusividade para a participação de empresas EXCLUSIVAMENTE ATACADISTAS ou DISTRIBUIDORAS. Sendo certo que se houvesse, seria manifestamente ilegal. Da mesma forma, não há no edital qualquer menção à qual RDC a participante deveria atender como condição de participação.

Outrossim, a interpretação do teor da qualificação técnica estipulado no item 19 e seguintes do Edital, visivelmente consagra a participação das empresas detentoras da atividade de venda, distribuição e dispensação (como é o caso da recorrente) e INCLUSIVE de distribuidoras, cf. se observa da leitura da parte final do item 19.3.

Ou seja, não somente não há o impedimento de participação de Drogarias como a Recorrente, como também há a contemplação da possibilidade de participação de todos que exerçam a atividade de venda de medicamentos, sem restrição. Vejamos:

*“19.2 - Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal, para a atividade desenvolvida pela empresa: produção, importação, armazenamento, distribuição OU comercialização de medicamentos (art. 5º da Portaria do Ministério da Saúde n.º 2.814/1998, alterada pela Portaria do Ministério da Saúde n.º 3.716/1998 e suas atualizações). Grifo Nosso.*

A conjunção alternativa “**ou**” exprime a ideia de alternância, de opção, e *in casu*, possibilita a apresentação de Licença Sanitária de qualquer uma das atividades desenvolvidas pela participante: produção, importação, armazenamento, distribuição **OU** comercialização de medicamentos.

Ademais, observa-se do item 19.3 a exigência editalícia da Autorização de Funcionamento (AFE) como condição habilitatória, expedida pela Anvisa, **INCLUSIVE PARA DISTRIBUIDORAS** [...]

Ora, se o texto contempla a INCLUSÃO para as Distribuidoras, presume-se que as demais Drogarias, desde que detenham a AFE, estejam aptas ao certame. A interpretação é simples. Vejamos:

*“19.3 - Cópia da Autorização de Funcionamento (AFE), ou publicadaca do DOU, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inclusive para distribuidoras, quando competente, ou comprovação de sua isenção, conforme artigos 1º e 2º da Lei 6.360/1976.”*

Ora, a consequência direta das desclassificação em comento é a limitação de participantes, colidindo-se diretamente ao objetivo real do processo licitatório e os princípios que norteiam todo ordenamento.

***“Princípio da Competitividade:** Tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública. Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.*

***Princípio da Legalidade:***

*É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito. Todos procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.*

***Princípio da Igualdade:***

*Helly Lopes remete a esse princípio “um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguale os iguais ou iguale os desiguais.”*

A desclassificação/inabilitação equivocada da recorrente prejudicou amplamente não só a sua participação como também a competitividade e o alcance ao menor preço, eis que a empresa já comprovou que detém excelência no fornecimento de medicamentos, cf. se verifica dos atestados acostados, comprovando que já presta o objeto licitado, inclusive para outros entes públicos, em total cumprimento às normas legais, por meio de atendimento à RDC 017/2012.

Em que pese não possuir a nomenclatura “ATACADISTA” em seu CNAE, à empresa não são vedadas as atividades de DISPENSAÇÃO e DISTRIBUIÇÃO de medicamentos.

No dia 26 de março de 2012, foi publicada a Resolução-RDC nº 17/2012 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, atendendo às novas diretrizes do segmento farmacêutico, permitindo que farmácias e drogarias possuam estabelecimentos de distribuição de medicamentos. Desse modo, fica permitido o exercício das atividades de dispensação e distribuição de medicamentos por uma mesma empresa.

Contudo, para que a empresa possa cumular as duas atividades, elas deverão ser praticadas em estabelecimentos distintos. Além disso, a empresa que vai realizar a atividade – seja ela Farmácia, Drograria ou uma Central de Distribuição - deverá solicitar à Anvisa a Autorização de Funcionamento (AFE). Como sabido, a AFE é obrigatória para toda empresa do ramo de medicamentos que pretenda funcionar no país.

Desse modo, conclui-se que a Resolução-RDC nº 17/2012 foi editada em consonância com a realidade do segmento farmacêutico em que as grandes redes de farmácias e drogarias possuem a necessidade de terem seu próprio centro de distribuição e armazenamento para facilitar e tornar mais célere o atendimento ao público.

Vejamos o que dispõe a RDC 017/2012:

*“RESOLUÇÃO - RDC Nº 17, DE 22 DE MARÇO DE 2012*

*Dispõe sobre a alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 222, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos de petição e arrecadação eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e dá outras providências.*

*A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso II e nos §§ 1º e 3º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, em reunião realizada em 22 de março de 2012, adota a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação;*

*[...]*

*“Art. 41 ..... §3º É permitido ao agente regulado exercer as atividades de dispensação e distribuição na mesma empresa, desde que em estabelecimentos distintos.” Grifo nosso.*



No caso em tela, a recorrente preenche todos os requisitos de dispensação e distribuição e atende à RDC 17/2012, pois possui dois estabelecimentos distintos, cf. se observa das fotos abaixo:

**DROGARIA SERRANA – MACUCO-RJ**



**DEMAIS FOTOGRAFIAS**  
**IMÓVEL DESTINADO À DISPENSACÃO**







Ademais, visando corroborar de uma vez por todas a distinção dos estabelecimentos da recorrente em comento, cada um sendo empreendido em atendimento à RDC 17/2012, apresentam-se a seguir a comprovação da inscrição municipal de cada imóvel, a saber:

Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Macuco**  
Secretaria Municipal de Fazenda / DFTP  
"MACUCO - CAPITAL ESTADUAL DO LEITE"  
R. Dr. Mario F. Martins, 100 - Centro - CEP: 28.545-000 - Fone (22) 2554-9100  
CNPJ: 01.617.237/0001-89

Inscrição...: 256270-0  
Contribuinte: ACELINO GOMES DE LINSO  
Logradouro...: RUA DR. MARIO FREIRE MARTINS, 189  
Compl.: LOJA B Bairro: CENTRO

Emissão: 12/01/2024 Dívida: / Ano/Nº do Acordo:  
Após o vencimento, juros de mora de 1% ao mês ou fração, multa de 5% até 30 dias e 10% após 30 dias sobre o valor corrigido pelo juro. Não receber parcela única após vencimento.

**Comprovante de Recebimento de Carnê**  
Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Macuco**  
Secretaria Municipal de Fazenda / DFTP  
"MACUCO - CAPITAL ESTADUAL DO LEITE"  
Inscrição...: 256270-0  
Contribuinte: ACELINO GOMES DE LINSO  
CPF/CNPJ...: 246.644.727-49 Emissão: 12/01/2024  
Dívida: / Ano/Nº do Acordo:  
Declaro ter recebido o carnê referente ao de para pagamento.  
Data: / / Assinatura - Contribuinte ou Responsável

**IMÓVEL DE ATIVIDADE DE  
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Macuco**  
Secretaria Municipal de Fazenda / DFTP  
"MACUCO - CAPITAL ESTADUAL DO LEITE"  
R. Dr. Mario F. Martins, 100 - Centro - CEP: 28.545-000 - Fone (22) 2554-9100  
CNPJ: 01.617.237/0001-89

Inscrição...: 256190-0  
Contribuinte: ACELINO GOMES DE LINSO  
Logradouro...: RUA DR. MARIO FREIRE MARTINS, 189  
Compl.: LOJA A Bairro: CENTRO

Emissão: 12/01/2024 Dívida: / Ano/Nº do Acordo:  
Após o vencimento, juros de mora de 1% ao mês ou fração, multa de 5% até 30 dias e 10% após 30 dias sobre o valor corrigido pelo juro. Não receber parcela única após vencimento.

**Comprovante de Recebimento de Carnê**  
Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura Municipal de Macuco**  
Secretaria Municipal de Fazenda / DFTP  
"MACUCO - CAPITAL ESTADUAL DO LEITE"  
Inscrição...: 256190-0  
Contribuinte: ACELINO GOMES DE LINSO  
CPF/CNPJ...: 246.644.727-49 Emissão: 12/01/2024  
Dívida: / Ano/Nº do Acordo:  
Declaro ter recebido o carnê referente ao de para pagamento.  
Data: / / Assinatura - Contribuinte ou Responsável

**IMÓVEL DE ATIVIDADE DE  
VENDA E DISTRIBUIÇÃO DE  
MEDICAMENTOS**

## QUANTO À INDIGITADA POSSÍVEL PUNIÇÃO À EMPRESA POR SUPOSTAS PRÁTICAS REITERADAS

Conforme abordado, a pregoeira aduz na sua decisão que a Recorrente foi desclassificada pelo mesmo motivo apontado na decisão atual no Pregão 165/2023, promovido pelo mesmo Município de Nova Friburgo e sugere uma sanção administrativa à empresa. Vejamos:

*“De acordo com a RDC 16, o comércio varejista “compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico”, ao passo que o distribuidor ou comercio atacadista comercializa produtos para saúde (e outro) “entre pessoas jurídicas ou “a profissionais para o exercício de suas atividades”.*

*Motivo este, que já a desclassificou no Pregão Eletrônico nº 165/2023.*

*Considerando que a participação da empresa DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA tem sido uma prática recorrente em pregões deste município, e que mesmo depois de ter sido desclassificada, em sede recursal no pregão nº 165/2023, pelo mesmo motivo de sua inabilitação neste pregão, a referida empresa continua sem as devidas autorizações.*

*Desta feita, recomendaremos que seja aplicada uma sanção administrativa por não atender ao que preconiza a lei de licitações, quanto sua aptidão para participação em certames, ocasionando atrasos em suas finalizações.”Grifo Nosso.*

No entanto, equivoca-se a Pregoeira pois a desclassificação da Recorrente no Pregão 165/2023 se deu pelo seguinte motivo:

- a empresa concorrente ABBOTT, então participante do Pregão 165/2023, que era fabricante de produtos para medições glicêmicas, alegou que a recorrente não poderia cumprir a execução, eis que não possuía relações comerciais com a mesma (ABBOTT), e que, supostamente tal condição a privaria entregar os produtos a serem comercializados.
- A desclassificação da recorrente resultou em aquisição dos mesmos produtos por valores bem mais elevados do que os que a recorrente disponibilizava em sua proposta, pois seus valores ofertados encontravam-se abaixo dos ofertados pela empresa vencedora.

- Caso não ocorresse a desclassificação, geraria uma notória economia aos cofres públicos municipais, atendendo à economicidade e eficiência administrativas. Não há como deixar de mencionar e reafirmar tal economia uma vez que a recorrente já demonstrou toda a idoneidade e capacidade de fornecimento pela empresa, inclusive ao Município de Nova Friburgo.

Por todo o exposto, temos que a exigência de tal condição de participação (exclusivamente atacadista) não pode ser motivo de desclassificação/inabilitação, eis que não há qualquer previsão editalícia, bem como em nenhum dos dispositivos normativos que norteiam o procedimento licitatório, em especial a Lei 14.133/21 e que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, ou, requisito para contratação, **devendo, portanto, ser rechaçada.**

Necessário ressaltar que a Administração Pública deve buscar sempre obter o maior número de propostas possíveis, na busca da que lhe seja mais vantajosa, não se olvidando, é claro, de que em paralelo, seja garantida uma prestação de serviços e fornecimento de produtos com presteza, maestria e confiabilidade.

Assim, Ilustre Pregoeira e demais membros desta Ilustríssima Equipe de Apoio, o presente certame padeceu de irregularidades que ferem princípios constitucionais, não podendo ser mantido na forma como se encontra, sob pena de não ser observado o elemento intrínseco do processo licitatório, qual seja atender, de forma plena, o princípio da Isonomia, o qual foi evidentemente ignorado neste certame.

Desta forma, imperiosa a revisão da decisão que declarou a recorrente desclassificada/inabilitada do certame, recaindo o julgamento do recurso e destas razões às vossas responsabilidades, confiando a ora recorrente na lisura, na isonomia e na imparcialidade imposta aos administrados, estendendo-se ao presente julgamento, buscando pela proposta mais vantajosa para esta Digníssima Administração.

A leitura simples da decisão de inabilitação em escólio torna evidente que a forma como se apresenta, impede que exímios licitantes participem de forma competitiva do certame, em contrariedade ao objetivo da administração pública ao iniciar um procedimento licitatório.

O desígnio basilar de qualquer licitação é obter a melhor proposta para a contratação de serviço que lhe seja necessário, observados os limites e condições da legislação aplicável, inclusive quanto à promoção da máxima competitividade possível entre os interessados.

A base principiológica que norteia a administração pública, bem como a licitação em si, mais precisamente a isonomia, legalidade, igualdade e impessoalidade foi gravemente atingida, de modo que a recorrente fica impedida de se fazer presente no restante da fase de lances do presente certame.

Destarte, a DROGARIA SERRANA DE MACUCO se viu compelida a dar continuidade aos seus lances, que continham os melhores preços e propostas, sendo irremediavelmente prejudicada, ao passo que recebeu a notícia desclassificatória. Assim, somente observa a possibilidade de buscar seu pleito por meio recursal, de modo a retroagir à fase inicial de lances para nova participação integral, sob pena de comprometer toda lisura a que se confia o procedimento.

## DOS PEDIDOS

*Ex positis*, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Recorrente vem mui respeitosamente perante o(a) nobre Agente de Contratação e Nobre Comissão de Licitação, requerer o que segue:

**a)** Seja conhecido e recebido o presente Recurso com efeito suspensivo, conforme previsão legal;

**b)** Que seja dado provimento ao Recurso Administrativo para:

**b.1** – anular toda a fase de lances e retroagir o certame, permitindo a participação novamente da licitante recorrente e de todos os demais que se enquadrem nas condições editalícias e que de algum modo foram prejudicados por interpretação equivocada do edital (que não impede sua participação);

**b.2** – reconhecer todas as condições de participação da recorrente na venda, distribuição e dispensação de medicamentos, já que a mesma atende à RDC 017/2012;

**b.3** – reconhecer e declarar a NULIDADE e INACEITABILIDADE da desclassificação/inabilitação da Recorrente, declarando-a apta e habilitada à participação do Pregão, revalidando os itens aos quais foi vencedora, ou, caso seja do vosso entendimento, possibilitando-a de participar de nova fase de lances do certame.

**c)** Abster-se de punir a recorrente, eis que não há qualquer impedimento ou irregularidade na participação do presente pregão, bem como sua desclassificação do Pregão 165/2023 se deu por motivo diverso do Pregão 90011/2024.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se dessa Agente de Contratação e dessa Equipe de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese de não reconsideração, que **faça este subir à autoridade superior**, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas contrarrazões, se assim o desejarem.

Na improvável hipótese de indeferimento do presente recurso, requer-se desde já **cópias dos autos do procedimento licitatório** para salvaguarda dos direitos da recorrente, sem prejuízo das eventuais ações judiciais cabíveis (Mandado de Segurança), bem como para comunicação aos órgãos de controle externos (Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado).

Tendo plena confiança no poder de julgar sensatamente e no discernimento deste r. Órgão, solicitamos uma análise de todas as questões aqui espreiadas, esperando que se faça justiça.

Termos em que pede Deferimento.

Nova Friburgo, 07 de maio de 2024.

**DROGARIAS SERRANA2 DE MACUCO LTDA.**  
**CNPJ Nº.: 28.922.328/0001-84**



